

A PROBLEMÁTICA DA RUÍNA:

DAS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DO
SÉCULO XIX AO RESTAURO CRÍTICO

ANGELA ROSCH RODRIGUES, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.
Arquiteta e urbanista (Mackenzie, 1998), mestre (2011) e doutora (2017) pela Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo.
E-mail: angelarr@usp.br

Apoio FAPESP.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i24p9-34>

A PROBLEMÁTICA DA RUÍNA: DAS TEORIAS DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DO SÉCULO XIX AO RESTAURO CRÍTICO

ANGELA ROSCH RODRIGUES

RESUMO

As ruínas constituem um profícuo campo de digressões e experimentações, colaborando para a maturação do conceito de monumento histórico que se sedimentou a partir do século XIX. No século seguinte, os traumáticos episódios bélicos configuraram o desafio de enfrentar os arruinamentos recentes, atualizando a problemática. Este trabalho tem como objetivo verificar como os remanescentes em estado de ruína são abordados pelo *corpus* teórico dos principais debates da preservação patrimonial entre o século XIX e a promulgação da Carta de Veneza (1964), documento que consolidou as bases do restauro contemporâneo. Para tal análise, parte-se da verificação de duas indagações: ruínas, o que são e como intervir nelas? Na rede de atribuições de significados que envolve o conceito de patrimônio cultural, verifica-se que a definição de ruína é complexa por implicar os seguintes aspectos: grau de descaracterização, condição de uso, idade das edificações, distanciamento temporal e causas do arruinamento. A desarticulação de um bem potencializa a complexidade no trato com as preexistências e a aceitação das marcas de sua destruição. Considerando a acepção de ruína como um estado de degeneração (independentemente da idade da edificação), constata-se que as prescrições teóricas para seu tratamento não se diferenciam de qualquer outro bem cultural; sendo válidas, portanto, as operações de manutenção, conservação e restauração, embasadas metodologicamente nas seguintes premissas: mínima intervenção; distinguibilidade; respeito à materialidade; reversibilidade; e utilização de materiais e técnicas compatíveis, conjugadas a partir de uma estrita análise histórica e crítica de cada objeto e seu grau de degradação.

PALAVRAS-CHAVE

Ruínas. Monumentos. Preservação do patrimônio.

THE ISSUE OF THE RUIN: FROM THE NINETEENTH CENTURY THEORIES ABOUT PATRIMONIAL PRESERVATION TO THE CRITICAL RESTORATION

ANGELA ROSCH RODRIGUES

ABSTRACT

Ruins are a proficient field of digressions and experiments collaborating to the maturation of the historical monument concept that settled down from XIX century. In the following century, traumatic episodes of war set the challenge of facing recent ruination, updating the problem. This study aims to verify how the remnants in a state of ruin are approached by the theoretical *corpus* of the main debates on heritage preservation between the nineteenth century and the promulgation of the Venice Charter (1964), a document that consolidated the foundations of contemporary restoration. For this analysis, we based on the verification of two questions: ruins, what is it and how to intervene in it? In the network of meanings that involves the concept of cultural heritage, it is verified that the definition of ruin is complex because it implies in the following aspects: degree of mischaracterization, condition of use, age of the buildings, temporal distance and causes of the ruin. Disarticulation of a property enhances the complexity in dealing with the preexistences and the acceptance of the marks of its destruction. Considering the meaning of ruin as a state of degeneration (regardless of edification's existence time), it is observed that the theoretical prescriptions for its treatment are not different from any other cultural good; in this way, maintenance, conservation, and restoration operations are valid, based on the following assumptions: minimum intervention, distinctiveness, respect for materiality, reversibility; and use of compatible materials and techniques, combined from a strict historical and critical analysis of each object and its degree of degradation.

KEYWORDS

Ruins. Monuments. Heritage preservation.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, remanescentes arquitetônicos em estado de ruína têm sido objeto de diversas interpretações e abordagens tornando-se, referências para vários campos de estudo (artes, filosofia, história, arqueologia etc.). Para a arquitetura, o estudo das ruínas é uma preciosa fonte de registros, muitas vezes as únicas evidências físicas de técnicas construtivas e partidos arquitetônicos; por outro lado, esses remanescentes são os testemunhos históricos dos processos de destruição dos quais são derivados.

No campo da preservação patrimonial, a apreciação das ruínas foi fundamental durante o longo processo de maturação do conceito de monumento histórico e das formas de preservá-lo que se sedimentou durante o século XIX.

Já no século XX, ampliando as experimentações nas ruínas de monumentos antigos, o emblemático colapso do Campanário de San Marco, em Veneza (1902), e as Guerras Mundiais configuraram o desafio de enfrentar o problema dos arruinamentos recentes em edificações ou trechos urbanos inteiros que faziam parte do cotidiano das pessoas, o que definitivamente atualizou o tema da ruína, deixando de ser somente uma referência às civilizações antigas e arquiteturas distanciadas pelo tempo, mas também constituindo a prova da barbárie humana na contemporaneidade.

Este trabalho tem como objetivo verificar como os remanescentes em Estado de ruína foram abordados pelo *corpus* teórico dos principais debates

da preservação desenvolvidos entre o século XIX e meados do século XX, tendo como limite cronológico a promulgação da Carta de Veneza (1964), que consolida as bases do restauro contemporâneo embasada numa postura crítica e conservativa. Para tal análise, parte-se da verificação de duas principais indagações: ruínas, o que são e como intervir nelas? Desse modo, pode-se problematizar o tema, a partir de referências da historiografia da preservação patrimonial, sobre como os remanescentes arquitetônicos em estado de ruína são identificados e compreendidos enquanto bens culturais e quais são as principais recomendações para seu tratamento.

2 A IDENTIFICAÇÃO DA RUÍNA: ASPECTOS DE SUA DEFINIÇÃO

Na Carta de Atenas de 1931¹, documento internacional inaugural do campo da preservação, a designação sobre ruínas se relaciona aos monumentos antigos e às escavações arqueológicas; a Carta de Veneza (1964) reitera essa postura. Essas referências internacionais não apresentam o tema do arruinamento na sua potencial amplitude. No âmbito da historiografia da preservação patrimonial são poucos os que se preocuparam em estabelecer uma definição de ruína; contudo, há diversos teóricos que abordam aspectos relacionados ao tema.

Em 1825, o erudito, historiador da arte e arqueólogo Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849) publicou o verbete “Ruína, Ruínas” na *Encyclopédie Méthodique: Architecture*, um trabalho pioneiro em que o autor faz um retrospecto histórico sobre os valores atribuídos a esses conjuntos e apresenta parâmetros para as intervenções. A definição apresentada por Quincy se estrutura a partir do viés semântico:

Esta palavra, no singular e em seu sentido ordinário, exprime o estado de degradação e de destruição no qual se encontra, ou está ameaçado, um edifício. Diz-se que um edifício está ameaçado de ‘ruína’, usa-se essa palavra também no singular para exprimir o estado de destruição consumado. Mas nesse caso, é mais usual empregá-la no plural e a razão é que esse estado de destruição, apresentando a dissolução de todas as partes, de todos os materiais de um edifício, oferece melhor, no plural,

1. Produto da conferência organizada pelo *Office International des Musées, Société des Nations* que ocorreu entre 21 e 30 de outubro de 1931 na Grécia.

a imagem da realidade. Desse modo, dir-se-á que tal acidente operou a 'ruína' de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as 'ruínas' desse edifício (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 112-113).

Cesare Brandi (1906-1988), em sua *Teoria da restauração* (1963) apresenta que: “Ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p. 65). A ruína caracterizada pela “dissolução de todas as partes”, como apresentado por Quincy, e por um “aspecto bastante diverso e quase irreconhecível”, como mencionado por Brandi, condensa a problemática da interpretação e leitura de um objeto edificado que foi parcial ou totalmente deteriorado. Nessas duas definições, distanciadas por mais de um século, o grau de destruição é um elemento-chave na caracterização da ruína.

A difícil mensuração do grau de arruinamento foi abordada por Alois Riegl (1858-1905) em sua obra *Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen, seine Entstehung* (1903). Para Riegl, a degeneração de um monumento tem um limite para a mínima compreensão do objeto edificado

se ao fim a capacidade extensiva do efeito tenha sido completamente perdida, não restará mais nem sequer uma base para um efeito intensivo. [...] Um monte de pedras ao invés representa somente um fragmento morto e sem forma da natureza na sua totalidade sem o traço de um porvir que sobrevive (RIEGL, 1990, p. 46, tradução nossa).

O conceito da unidade potencial da obra de arte desenvolvido por Cesare Brandi como uma unidade qualitativa (e não necessariamente quantitativa) é útil para entender a complexidade em estabelecer um limiar para a leitura espacial de um objeto desarticulado. Uma obra pode ser lida na sua totalidade ainda que fisicamente fracionada, pois a unidade subsiste potencialmente como um todo indivisível. É nesse sentido que se caracteriza a dificuldade de entendimento da condição de ruína, definida por Brandi como: “aquele momento-limite (e é limite tanto no espaço quanto no tempo) em que a obra de arte, reduzida a poucos vestígios de si mesma, está prestes a cair no disforme” (BRANDI, 2004, p. 68).

Outro ponto para compor uma definição de ruína é o uso. Alguns teóricos consideram que o estado ruinoso de um edifício se refere àquele em

que não é possível abrigar uma função utilitária específica, ou que: “não está mais em grau de absolver a própria função original” (MARINO, 2003, p. 29, tradução nossa). Alois Riegl, na obra já mencionada, estabeleceu um sistema de valoração para a apreciação do patrimônio; ao elencar o valor de uso, ele considera que a ausência de uma função pode comprometer a integridade do bem, levando-o à ruína. O valor de “antigo” (ou de “antiguidade”) é derivado da ação do transcorrer do tempo, isto é, por forças mecânicas ou químicas que decompõem o objeto e o recompõem com outra lógica. Para exemplificar esse valor, Riegl invoca a ruína como “o exemplo mais drástico” (RIEGL, 1990, p. 43, tradução nossa), ressaltando o aspecto mais ótico que tátil que a pátina ou a decomposição podem provocar.

Para Riegl, a sobreposição entre os valores de uso e de antigo é rara, já que os monumentos da Antiguidade e do período medieval geralmente estão há muito subtraídos de uma utilização prática. Os aspectos negativos do valor de uso se manifestam quando as necessidades de adaptação material comprometem o bem: “por exemplo, quando a degradação natural coloca em perigo a segurança física dos homens (uma torre que ameaça colapsar)” (RIEGL, 1990, p. 59, tradução nossa). Para essas circunstâncias periclitantes, Riegl apresenta que a segurança física deva prevalecer mesmo sobre as necessidades do valor de antiguidade.

Ao retomar o argumento de que o processo de arruinamento de um edifício é derivado da perda (ou falta) de um uso, pode-se trazer à pauta a classificação dos monumentos em “mortos” e “vivos”, que foi um parâmetro utilizado em algumas referências da historiografia da preservação patrimonial. No final do século XIX, o arquiteto belga Louis Cloquet (1849-1920) apresentou que os monumentos “mortos” fazem parte do domínio da história e podem encontrar possíveis limites nas formas de utilização. Esses bens remanescem como lembranças e não podem ser restituídos ao uso original, como o caso dos templos gregos, das ruínas de Pompeia e de muitos castelos e abadias medievais. Na década de 1930, Gustavo Giovannoni (1837-1947) reitera essa distinção, considerando que os monumentos “mortos” são aqueles mais antigos, como os da Antiguidade Clássica, aos quais normalmente se exclui uma transformação do estado de ruína e uma utilização atual; e monumentos “vivos” são aqueles mais recentes como palácios e igrejas, para os quais deveriam ser destinadas funções não muito diversas das primitivas

(GIOVANONNI, 1936). Tendo em vista essa diferenciação, cabe a questão: em que medida as ruínas são monumentos “mortos”?

Essa classificação pautada pelo uso das edificações passou por uma estrita revisão em meados do século XX. O texto de Roberto Pane (1897-1987) e Piero Gazzola (1908-1979) para a proposição da Carta de Veneza se refere ao fato de que a denominação de monumentos “mortos” e “vivos” deveria ser abolida:

Se considerarmos um monumento ‘vivo’ na medida que é utilizável, sabemos bem que não poucas ruínas são mais vivas e utilizáveis que muitos monumentos íntegros; e isso considerando o significado geral do conceito de utilização, o que não pode ser limitado ao pressuposto de uma ocupação material (GAZZOLA; PANE, 1971, p. 16, tradução nossa).

O problema incorre na acepção do conceito de uso. Conforme menciona Serafini (2005), a própria concessão da insígnia de “monumento” contradiz a ideia de monumento “morto”, pois o bem, com sua reconfiguração espacial derivada do processo de arruinamento, estabelece continuamente novas relações e passa a exercer um tipo de função social que pode ser meramente memorial (ainda que não estritamente “utilitária”). Nesse sentido, é estabelecida a fruição dos monumentos no presente, enquanto herança cultural, mencionado por Roberto Pane na conferência introdutória da Carta de Veneza: “Não queremos conservar os monumentos do passado como um raro mundo de imagens que serve de refúgio à nossa nostalgia, mas como um patrimônio vivo e atual do nosso presente” (PANE, 1971, p. 12, tradução nossa). As ruínas se enquadram, portanto, na noção de “testemunho vivo” apresentada na Carta de Veneza, que condensam um êxito dinâmico de modificação e transfiguração espacial que se rearticula com o meio.

À percepção do grau (mais ou menos arruinado) e da causa da ruína (ação do tempo, falta de uso e destruição violenta de ordem natural ou antrópica) se interpõe outro aspecto pertinente para a identificação das ruínas, que é o distanciamento cronológico em relação ao processo de degradação. O texto de Quatremère de Quincy fez alusão ao fator temporal como meio para apreciação e valorização desses conjuntos:

A palavra ‘ruína’ ou ‘ruínas’, [...], aplica-se, portanto, quase sempre a monumentos antigos. Aconteça o que acontecer com as ‘ruínas’

modernas, e isso por mais de uma causa, é certo, no entanto, que essas ruínas não têm e não podem ter para as artes, e em geral para o espírito, o mesmo grau de mérito e interesse. Milhares de ideias, milhares de lembranças, milhares de sentimentos ligam-se às ruínas dos monumentos antigos que não poderiam ser produzidos por aquelas de uma data recente. É por isso que as 'ruínas', à medida que envelhecem, parecem adquirir mais direitos pelo nosso respeito e, por consequência, pela sua conservação (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 113).

As ruínas mais antigas têm mais direitos ao nosso respeito e nossa conservação? Obviamente que um bem mais antigo esteve mais exposto às intempéries e pode ter acumulado um maior grau de degeneração; porém, bens de construção mais recente também podem ter sido arruinados. Ao considerar que a definição de ruína está principalmente associada a um avançado estado de degradação, não há, portanto, uma restrição exclusiva aos restos de edificações antigas. Podem ser englobados processos mais recentes de arruinamento deflagrados por várias causas (de ordem natural ou antrópica) que acometem edificações com datações diversas.

Na rede de valorações e atribuições de significado que envolve o conceito de patrimônio cultural, verifica-se que teóricos como Quincy, Riegl, Giovannoni, Pane e Brandi abordam elementos que integram a problemática da identificação da ruína cuja complexidade implica a confluência dos seguintes aspectos: grau de descaracterização da construção, condição de uso e idade das edificações, distanciamento temporal e causas do processo de arruinamento. A partir da constatação dessa intrincada caracterização é que podem ser apresentadas as asserções sobre a preservação da ruína.

3 O TRATAMENTO DA RUÍNA

No século XIX, as paradigmáticas intervenções no Coliseu e no Arco de Tito foram significativas e de grande repercussão para o desenvolvimento e conformação das ideias a respeito das atuações em monumentos antigos e arruinados na Europa. Para sua contextualização, é preciso considerar que em Roma as ruínas estão imbricadas de tal forma no território que a dinâmica do desenvolvimento da cidade se estabelece a partir do confronto com esse legado numa relação que se potencializou com a necessidade de estruturar uma cidade moderna.

Até então, o Coliseu e a Colina do Palatino haviam remanescido abandonados e pouco legíveis, à margem da conformação e crescimento urbanos. Com o início das escavações de modo sistemático no eixo principal da área do Fórum, essa complexa zona monumental ganhou destaque e passou a evidenciar o confronto diacrônico entre o passado e o presente (BENEVOLO, 1985). Durante a ocupação francesa (1809-1814) de Roma foi criada uma Commission d'Embellissements para a segunda capital do império napoleônico, que colocou em prática ações que visavam a sistematização e musealização de áreas arqueológicas da cidade e a realização de pesquisas, relatórios e memoriais sobre seu patrimônio.

Nesse momento, o Coliseu encontrava-se em estado precário após séculos de delapidação; o papado de Pio VII (1800-1823) promoveu uma intervenção convidando Raffaele Stern (1774-1820) para o início das obras em 1806. Os trabalhos consistiam essencialmente na consolidação do conjunto, através da construção de um esporão oblíquo de tijolos em um dos anéis externos; as marcas da degradação do tempo foram mantidas evidenciando o caráter conservativo da intervenção (KÜHL, 2002). Em torno de 1827, durante o papado de Leão XII (1823-1829), uma segunda fase de obras no outro anel externo foi executada pelo arquiteto Giuseppe Valadier (1762-1839); foram realizadas algumas reconstituições através da utilização de tijolos a fim de estabilizar a forma primitiva.

No Arco de Tito, que marcava o acesso da antiga área do Fórum romano, os trabalhos ocorreram entre 1817-1824, coordenados primeiro por Stern e, após seu falecimento, por Valadier. As escavações em curso revelaram as fundações, o que colaborou para a reconstituição de alguns trechos originais (KÜHL, 2002). As partes do arco foram desmontadas e numeradas; um arcabouço de tijolos foi feito e as peças foram remontadas a partir da repositição formal de seu paradigma de beleza. Esses novos segmentos foram reconstituídos em travertino, diferindo do mármore grego original.

Como destaca Carbonara (1997), as intervenções no Coliseu conjugaram o respeito filológico ao monumento e à ruína *per se* através da apreciação dos sinais de desarticulação provocados pelo tempo transcorrido. Já, no Arco de Tito, a opção pela reconstituição com formas e materiais simplificados possibilitava a diferenciação com os elementos originais conciliando a necessidade da conservação, da liberação e da reintegração das peças. Esses trabalhos

de caráter arqueológico com abordagens e resultados díspares revelam a dicotomia das possibilidades de intervenção em conjuntos parcialmente arruinados – privados de um uso prático e valorizados pelo seu papel memorial.

Os casos do Coliseu e Arco de Tito seriam retomados nos escritos de Quatremère de Quincy. Além do já mencionado verbete específico sobre as ruínas, Quincy elaborou outros textos para o mesmo volume da *Encyclopédie Méthodique (Restauration, Restaurar e Restituição)*, nos quais ele reitera considerações como a validade de conservar a obra no estado de ruína² e a problemática dos complementos³. Quincy considerava relevante para a história e para as artes prolongar a existência de obras de arquitetura, cessando a degradação e restituindo partes faltantes a partir da referência de elementos originais com formas simplificadas e materiais diferenciados, tendo como referência o caso do Arco de Tito: “Completá-los enquanto ainda é tempo, restabelecendo aquilo que lhes falta a partir do modelo das partes que subsistem; e é isso que sabemos que acaba de ser feito em Roma para o Arco de Tito” (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 117).

As considerações de Quincy foram decisivas para o debate sobre as ruínas e sua preservação sinalizando para as duas principais posturas que se constituem no início do século XIX: a vertente voltada aos refazimentos e complementos em estilo cujo expoente é Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e a vertente mais conservativa representada por John Ruskin (1819-1900).

Em suas viagens pelo território francês, Viollet-le-Duc empreendeu uma sistemática análise dos remanescentes medievais – muitos dos quais em estado de ruína – em sintonia com o crescente interesse pela arquitetura medieval europeia. Entre 1854 e 1868, Viollet-le-Duc publicou o *Dictionnaire Raisoné de L'Architecture Française du XIe au XVIe siècle*, um minucioso inventário ilustrado sobre a arquitetura medieval derivado de suas experiências *in loco*. É sugestivo verificar que nessa obra ele não dedicou nenhum verbete às ruínas como o fizera Quatremère de Quincy algumas décadas antes.

2. Cf.: “Sem dúvida existem aqueles que são condenados a permanecer no estado de demolição em que se encontram; nada os poderia fazer reencontrar seu conjunto e demasiadas despesas seriam necessárias para restabelecê-los” (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 108).

3. “Não se concebe que perigo poderia correr o edifício mutilado se fosse completado, [...] tal é a natureza da arte de construir, que esses acréscimos ou suplementos podem ser feitos em um edifício em parte arruinado sem que a parte conservada sofra a mínima alteração” (QUINCY, 1825 apud KÜHL, 2003, p. 108).

Ao desenvolver o verbete Restauração, Viollet-le-Duc destaca o papel da Commission des Monuments Historiques⁴ diante do legado arquitetônico medieval francês recentemente identificado e em mau estado de preservação, considerando que:

“Os trabalhos de restauração empreendidos [...] não somente salvaram da ruína obras de incontestável valor, mas prestaram serviço imediato. [...], pois esses edifícios, [...], preservados da ruína, ficarão ainda de pé durante séculos” (VIOLETTE-LE-DUC, 2000, p. 64). Essas considerações estruturam o eixo de sua metodologia de intervenção ao patrimônio edificado: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOLETTE-LE-DUC, 2000, p. 29).

Assim, Viollet-le-Duc postula o retorno a uma pretensa unidade de estilo que marca sua atuação em relação aos monumentos, fundamentando o conceito do denominado restauro “estilístico”. Para ele, a passagem do tempo e suas marcas não devem ser aceitas e a intervenção é necessária para restituir o edifício a um estado “original”, salvando-o de uma ruína iminente.

Esses conceitos permitem compreender as intervenções que Viollet-le-Duc realizou em conjuntos medievais arruinados. Há um notável acento nos aspectos criativos dos complementos da fortificação da cidade de Carcassonne – cujas obras tiveram início em 1852; e no Castelo de Pierrefonds – intervenção a partir de 1857. Nesses casos, o arquiteto procurou revelar o potencial informativo das ruínas existentes, não dissimulando elementos pertencentes a momentos diversos, mas, ao mesmo tempo, lançando-se a uma projeção em grande medida fantástica, reconstruindo as partes faltantes segundo o que deveria ter sido (CARBONARA, 1997).

As prerrogativas leducianas influenciaram a *práxis* da restauração em toda a Europa. No entanto, não foram isentas de críticas e alimentaram

4. Comissão criada em 1837. Ludovic Vitet (1802-1873) foi o primeiro a ocupar o cargo de inspetor geral dessa comissão, presidindo-a até 1848, período em que várias edificações foram estudadas no território francês, não só da Idade Média, mas também da Antiguidade Romana (VIOLETTE-LE-DUC, 2000). A partir de 1830 foram feitas viagens e foram gerados relatórios de grande repercussão, com estudos sobre edificações até então desconhecidas. As posteriores incursões de Prosper Mérimée (1803-1870), também foram relevantes.

discursos com uma postura mais conservativa com argumentos que se desenvolveram principalmente por parte de arqueólogos. No que concerne aos monumentos mais antigos, suas ruínas poderiam ser respeitadas enquanto documentos históricos. No cenário francês, o arqueólogo Adolphe Didron (1806-1867), diretor dos *Annales archéologiques*, enunciou um axioma em 1845 que ilustra essa preocupação:

De fato, nos monumentos antigos, é melhor consolidar que reparar, é melhor reparar que restaurar; é melhor restaurar que refazer; é melhor refazer que embelezar; em nenhum caso se deve acrescentar e em nada suprimir (DIDRON, 1845 apud CARBONARA, 1997, p. 107, tradução nossa).

No âmago dessas considerações conservativas está a valorização da arquitetura do passado em contraposição ao modo de vida contemporâneo que se interpunha de modo massivo às cidades em crescimento. É nessa conjuntura que na Inglaterra se desenvolve o ideário não intervencionista de John Ruskin. Em *The Seven Lamps of Architecture* (1849), no capítulo *The Lamp of Memory* (A lâmpada da memória), ao mencionar o aspecto pitoresco na arquitetura, Ruskin se refere às ruínas e sua capacidade de expressar a idade das edificações. Ao reiterar a importância da idade do edifício, Ruskin enfatiza a pátina como o elemento que materializa a passagem do tempo contrapondo à vanidade das obras humanas.

A conservação de uma ruína em seu *status quo* é apresentada por Ruskin como uma alternativa na medida em que a estabilização da preexistência prevalece em relação ao aspecto formal de um bem. A materialidade deveria ser tratada enquanto herança e legado às gerações futuras; aceitando, no entanto, que a despeito de todos os esforços, seu fim chegará,

coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma cidade sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-se com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória (RUSKIN, 2008, p. 82).

Ruskin estruturou suas recomendações sobre a necessidade de conservação constante dos edifícios como um preceito fundamental em contraponto à necessidade da restauração: “descurar os edifícios primeiro, e restaurá-los depois. Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los” (RUSKIN, 2008, p. 81-82). Essa defesa é um preceito fundamental para estruturar o conceito da mínima intervenção, apresentando que a manutenção deva ocorrer de forma pontual, respeitando a integridade da edificação em sua condição atual e impedindo, ou ao menos contendo, o iminente arruinamento.

Viollet-le-Duc e Ruskin sintetizam e polarizam abordagens antagônicas em relação ao tratamento das ruínas. Por um lado, a necessidade de reportar uma edificação ao momento presente através de intervenções que desconsideram a passagem do tempo e retomam a uma possível e selecionada imagem de passado. Por outro lado, a apreciação do monumento enquanto documento único e irreproduzível que contém a sobreposição de diversas fases, das quais a degradação também faz parte.

Essas manifestações alimentaram debates e revisões, confluindo para o desenvolvimento das asserções de Camillo Boito (1836-1914) na Lombardia em fins do século XIX. Pode-se considerar que suas proposições são essenciais para balizar o tratamento de monumentos arruinados na medida em que a tônica é o respeito pela materialidade da edificação em suas várias fases, incluindo sua respectiva vetustez e autenticidade, de modo a enfatizar o seu valor documental. Nesse sentido, são reveladoras as palavras do arqueólogo francês Prosper Mérimée (1803-1870), que foram recuperadas por Boito para articular sua teoria:

Convém deixar incompleto e imperfeito tudo aquilo que se encontra incompleto e imperfeito. Não é necessário permitir-se corrigir as irregularidades, nem alinhar os desvios, porque os desvios, as irregularidades, os defeitos de simetria são fatos históricos repletos de interesse, os quais frequentemente fornecem os critérios arqueológicos para confrontar uma época, uma escola, uma ideia simbólica. Nem acréscimos, nem supressões (MÉRIMÉE, s.d. apud BOITO, 2002, p. 59).

Para os tipos de restauro, Boito estabeleceu a seguinte classificação: arqueológico para monumentos da antiguidade, para os quais admite intervenções

de recomposição baseadas em dados seguros e mínimas integrações simplificadas e distinguíveis; pictórico para os edifícios medievais, para os quais prescreve intervenções que não cancelem os sinais da antiguidade; e o restauro arquitetônico para edifícios a partir do Renascimento, por considerar a prevalência da qualidade arquitetônica (KÜHL, 2002, p. 26).

Ao atrelar a tipologia dos monumentos, o dado temporal e as diretrizes de intervenção, pode-se considerar que a teoria de Boito incorre na problemática do lapso temporal para a apreciação da ruína, que já havia sido identificada nas asserções de Quincy. O segmento “arqueológico” não é autônomo ao problema da preservação patrimonial como um todo, o que nos remete a um questionamento que vai se potencializar no século XX, diante das destruições bélicas: um bem recentemente arruinado deve ser tratado do mesmo modo que uma ruína antiga?

Boito evidenciou ainda a bipolaridade do monumento enquanto obra de arte e documento histórico, prescrevendo a prevalência do antigo, assim sua teoria pode ser resumida na medida em que reitera o valor da conservação e o princípio da distinguibilidade:

1º É necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco; 2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições [...], demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2002, p. 60-61).

Essa intermediação entre a antiguidade e beleza levantada por Boito é um ponto crucial que configura um eixo de tratamento para os monumentos arruinados que fica entre uma postura embasada na manutenção de um *status quo* (postura mais conservativa) ou a restituição de uma condição originária – verdadeira ou presumida (restauro estilístico).

No início do século XX, ao desenvolver essa “teoria intermediária” (GIOVANNONI, 1936, p. 128), Gustavo Giovannoni ampliou essa ideologia do restauro filológico da qual Boito fora o principal mentor reiterando uma abordagem científica e documental dos monumentos. No verbete *Restauro dei Monumenti*, escrito para a *Enciclopedia Italiana* (1936), Giovannoni apresentou distinções entre os tipos de restauro com especificações pertinentes ao tratamento das ruínas: “consolidação”, quando novas técnicas contribuem para dar resistência às antigas construções; “recomposição (anastilose)”, quando os

elementos retornam à própria posição com acréscimos secundários; “liberação”, quando são retiradas massas amorfas para se retomar o aspecto artístico; “completamento” e “renovação”, quando acréscimos tendem a reintegrar a obra com elementos novos. Essas premissas configuraram a base para a formulação da Carta de Atenas (1931), na qual, para as ruínas, há uma estrita recomendação de anastilose e complementos com materiais reconhecíveis:

VI Técnica de Conservação: Quando se trata de ruínas uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares de elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis (CURY, 2004, p. 15).

Porém, a recomendação da anastilose é sujeita a interpretações sobre o grau de interferência nos conjuntos arruinados, não sendo uma prescrição com resultados homogêneos. Há que se considerar que essa Conferência ocorreu na Grécia em meio aos trabalhos que ocorriam na Acrópole. O arquiteto e arqueólogo Nikolaos Balanos (1860-1942) foi o responsável pelo processo de restauração do Partenon entre 1898 e 1933, uma grande campanha que foi subdividida em duas etapas (1898-1902 e 1923-1933), num período em que a Grécia procurava se firmar enquanto nação moderna. Esses trabalhos deflagraram discussões⁵ sobre a coerência da opção de reerguer os vários elementos originais (colunas, tríglifos etc.) que haviam caído. Por outro lado, questionava-se sobre a preservação da autenticidade do monumento, pois, mesmo utilizando o material original, os planos de restauração incluíam a reconstrução de trechos inteiros do antigo templo arruinado.

Essas discussões prosseguiram em periódicos e convergiram para certa unanimidade em relação aos limites da intervenção, de modo a permitir a conservação do material antigo, consolidar as estruturas existentes considerando somente fatos seguros e não meras hipóteses. A despeito de todas as polêmicas internacionais e nacionais levantadas pelos contrários

5. No Primeiro Congresso Internacional de Arqueologia, que ocorreu em 1905 em Atenas, os trabalhos na Acrópole foram discutidos; artistas e escritores apresentaram uma carta de protesto às intenções da restauração: “O Partenon não precisa de nada nem de ninguém; ele pode e deve se manter como é, o que tem sido transformado pelo lento devir do tempo e pelas brutais injúrias do homem” (SAMBON; TOUDOUZE, 1905 apud JOKILEHTO, 2005, p. 396, tradução nossa).

aos trabalhos de restauração, os planos de Balanos foram concretizados. Os resultados dessas intervenções foram analisados e discutidos durante a Conferência de Atenas e fazem parte do escopo do documento final⁶. A Carta de Atenas acabou por aprovar o princípio da reconstrução aplicado por Balanos e reconheceu de modo positivo o uso das modernas técnicas como o uso de cimento concreto e grampos de ferro.

A partir desse documento inaugural no campo da preservação patrimonial houve o florescer de regulamentações e cartas patrimoniais. Na Itália, a ação governamental elaborou a *Carta del Restauro Italiana* de 1931, também com a ativa participação de Gustavo Giovannoni, que estabelece uma série de 11 princípios reiterando os conceitos do restauro filológico. No que tange às ruínas, destacam-se as seguintes prescrições: manutenção; anastilose e utilização de neutros para a integração das linhas gerais do monumento de modo que se assegurem condições de conservação; consideração do caráter documental de todas as fases de um edifício; cuidados com a ambientação e distinguibilidade dos materiais. Nas escavações arqueológicas, os trabalhos de liberação deveriam ser seguidos de uma ordenação metódica das ruínas de modo a dar proteção àquelas que possam ser conservadas *in situ* (GIOVANNONI, 1936, p. 129).

A década de 1930 consolidou, portanto, um processo de debates que vinha se estruturando desde o século XIX. A questão da ruína como uma condição que constitui uma nova realidade para o monumento não é vislumbrada como um problema *per se*, mas como uma caracterização prevalentemente associada aos conjuntos de monumentos antigos. No que tange às prescrições de intervenções, os pontos de convergência se relacionam à ideia de evitar a restauração em favor da conservação e da autenticidade da matéria entendendo o bem enquanto documento histórico, valorizando todas as suas estratificações e evidenciando a necessidade de distinguir a marca da atuação contemporânea.

6. Cf.: “Sob a orientação do professor Karo, os membros da conferência procederam a uma longa troca de opiniões, especialmente sobre os seguintes pontos: a. Recuperação da colunata do Partenon e recuperação do peristilo sul; b. emprego de cimento como revestimento dos tambores de substituição; c. escolha dos metais a serem empregados para os grampos; d. oportunidade do emprego de moldes como complemento da “anastilose”; e. proteção do friso contra as intempéries” (CURY, 2004, p.18).

3.1 O potencial da ruína na ambivalência estética e histórica

Muitos princípios do denominado restauro “científico” ou “filológico” encontraram limites diante das destruições maciças provocadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O caráter evocativo dos remanescentes de um evento de tal envergadura remete à perplexidade diante da tragédia e da destruição, um sentimento que pode ser sintetizado pelas seguintes asserções de Jean Starobinski:

Para que uma ruína pareça bela é preciso que a destruição seja bastante longínqua e que se tenha esquecido suas circunstâncias precisas; [...] Ninguém sonha tranquilamente diante de ruínas recentes que fazem sentir o massacre: estas são logo desentulhadas para reconstruir (STAROBINSKI, 1994, p. 202).

As ruínas derivadas de recentes incidentes destrutivos contêm um apelo diferente daquele provocado pelos restos dos antigos conjuntos medievais e romanos, para os quais as recomendações de consolidação e conservação da autenticidade dos materiais eram muito pertinentes. Mas, diante dos destroços provocados pela Segunda Guerra Mundial, o que prescrever?

O colapso do Campanário de San Marco e de parte da *Loggetta del Sansovino* em Veneza, que ocorreu em 14 de Julho de 1902, já tinha produzido uma situação traumática de grande repercussão, tornando-se um caso emblemático, cujas propostas engendraram inúmeras controvérsias. Optou-se por um processo reconstrutivo especificado por Luca Beltrami (1854-1933) com um acurado projeto de *repristino* – “*com'era e dov'era*” (como era, onde estava) (CARBONARA, 1997, p. 183). Após a demissão de Beltrami, os trabalhos foram prosseguidos por Gaetano Moretti (1860-1938), que sublinhou a necessidade de se valer de instrumentos técnicos tradicionais e modernos para uma reconstrução que assegurasse a existência de um novo Campanário – uma cópia do antigo com cerca de 2000 toneladas a menos –, cujas obras terminaram em janeiro de 1912. O Campanário de San Marco tornou-se um caso paradigmático do mote *com'era, dov'era* para a cultura internacional da preservação patrimonial. Os argumentos para a escolha operacional basearam-se na vontade popular que via na reconstrução do Campanário uma necessidade simbólica para o sentimento de coletividade de Veneza.

Devido ao poderio bélico e à intensidade do arruinamento gerado pela Segunda Guerra, os debates se acentuaram na Europa em busca de soluções. Guglielmo De Angelis d'Ossat (1907-1992) sistematizou problemas e soluções a partir do grau de destruição dos monumentos: 1, para os danos leves (avarias no teto, pequenas perfurações e fissuras): reparações e consolidações modestas; 2, para os danos de maior gravidade (queda do teto, demolições parciais, danos estruturais): o reprimário com formas distinguíveis; 3, no caso de uma destruição parcial ou total são três possíveis intervenções: a anastilose para construções feitas em pedra talhada, a reconstrução “como era e onde estava” e a inclusão de formas novas ao preexistente (CARBONARA, 1997).

Ambrogio Annoni (1882-1954), professor do Politécnico de Milão, adicionou, para além das já conhecidas distinções entre monumentos “vivos” e “mortos”, a categoria dos monumentos “periclitantes”⁷ (ANNONI, s. d. *apud* CARBONARA, 1997, p. 251, tradução nossa). Para esses bens, ele rejeitava categoricamente a possibilidade de reconstrução integral pela indução ao falso e sugeria três tipos de intervenção: a conservação, a sistematização e a consolidação. Para Annoni, ainda que a arquitetura perdida tivesse um valor histórico, artístico e sentimental, a opção pela reconstrução deveria ser sumariamente recusada, pois poderia constituir uma falsificação:

O que parece ser de suprema importância, entretanto, é não recair em nenhuma fantasia sentimental que pode induzir restauradores a reconstruir aquilo que foi destruído para além da reparação, e isso somente seria a perpetuação de uma fraude. Em alguns casos é mais aconselhável limpar o terreno para a plantação de árvores ou áreas verdes como um memorial da beleza de outrora e dos males da guerra (ANNONI, 1946, p. 21, tradução nossa).

Na prática, porém, se acentuavam as dicotomias entre as pretensas reconstruções dos monumentos arruinados através de restaurações estilísticas e posturas de absoluta renúncia aos bens comprometidos, propondo edificações e trechos urbanos inteiramente novos; um cenário que desconsiderava em certa medida a instrumentalização oferecida até então pelas Cartas

7. Do italiano: *pericolanti*.

Patrimoniais (*Carta de Atenas e Carta del Restauro Italiana*) e justificado pela falta de resignação da opinião pública com a perda de seus monumentos.

Os debates travados durante as décadas de 1940 e 1960 convergiram para o denominado restauro crítico conservativo, entendido como uma ação cultural, independente do momento de criação da obra e atrelada a outros campos como história da arte, sociologia e urbanismo, que lançam as bases teóricas e práticas da concepção do restauro contemporâneo. O tema da ruína se insere aqui de modo premente na relação antigo-novo a partir dos critérios para recomposições e preenchimentos de lacunas que são revistos tendo em vista a composição estética e a imagem figurativa de edificações e complexos urbanos destruídos.

Um dos estudiosos de destaque nesse panorama investigativo é Roberto Pane, que se pronunciou contra a conservação acrítica e indiscriminada, fazendo objeções à repriminção de edifícios total ou parcialmente arruinados. Um dos aspectos mais expressivos apresentados por Pane é a importância que concede ao restauro como uma operação cujo objetivo é muito mais revelar do que conservar os valores e potencialidades de um bem em sua totalidade intrínseca, colocando a possibilidade de integração com a arquitetura nova e contemporânea (PANE, 1956; SETTE, 2004). As intervenções que visam completar, e em última instância, cancelar o fluxo do tempo da obra são consideradas por ele não só um atentado aos valores testemunhais ou estéticos do edifício enquanto elemento isolado, mas, sobretudo, aos seus valores ambientais.

As considerações de Pane encontram pontos de contato com o contemporâneo Renato Bonelli (1911-2004) que entende o restauro enquanto um ato crítico e criativo (BONELLI, 1959). Ele apresenta três opções para operar com as preexistências do pós-guerra e seus diferentes graus de destruição para a recomposição da unidade formal: uma intervenção mínima e essencial, quando a unidade não tiver sido comprometida ou quando não for plausível recompô-la, garantindo a conservação do estado que a obra atingiu; uma intervenção dialética, que tenha como objetivo a recomposição do conjunto de forma harmônica com o ambiente; uma intervenção por contraste, quando elementos contemporâneos evidenciam a autonomia da antiga preexistência.

Nesse processo de revisão e amadurecimento dos princípios da preservação no segundo pós-guerra, Cesare Brandi apresenta amplas e

sistemáticas considerações conceituais que são referenciais para o restauro crítico. Na já mencionada *Teoria da restauração*, ele identificou o ato do reconhecimento da obra de arte como o fator primordial para a operacionalização da atividade do restauro, um método que deve compreender o bem na totalidade de sua consistência material englobando as instâncias estética e histórica. É a partir da dúplici polaridade entre essas instâncias que a teoria brandiana se refere à problemática do tratamento da ruína.

A instância estética tem prevalência para a orientação das escolhas operacionais do restauro, pois, “se ela perder-se, não restará nada além de um resíduo”. (BRANDI, 2004, p. 32). Enquanto que a instância histórica não se refere somente ao momento da criação da obra, mas ao presente (que se desloca continuamente) em que se reconhecem os valores desse bem. No decorrer do tempo, a obra pode conter e ter conservado, portanto, traços desses tantos presentes históricos que também já se tornaram passado. Nesse sentido, o processo de arruinamento pode ser entendido como parte da história da obra.

No cerne da necessidade de compreender a condição de ruína para direcionar a intervenção, Brandi reforça a ambivalência das instâncias histórica e estética, salientando uma postura conservativa em que a única forma possível de restaurar a ruína é a sua conservação em seu ambiente, a partir da compreensão de seu estado desarticulado ou desestruturado da forma original:

O reconhecimento da qualificação de ruína se relaciona, então, com aquele primeiro grau de restauração que se pode individualizar na restauração preventiva, ou seja, mera conservação, salvaguarda do *status quo*, e representa um reconhecimento que de forma implícita exclui a possibilidade de outra intervenção direta a não ser a vigilância conservativa e a consolidação da matéria (BRANDI, 2004, p. 66).

Assim como Annoni e Pane, Brandi se posiciona contrário ao “refazimento”, que, segundo ele, funde o velho e o novo, interferindo na percepção do intervalo de tempo entre a criação original e a intervenção contemporânea, replasmando a obra. Ao mencionar o Campanário de São Marcos e a Ponte Santa Trindade em Florença (destruída em 1945 e reconstruída), Brandi se refere à gravidade de se optar pela cópia como um “falso histórico”, acrescentando de modo contundente:

“O adágio nostálgico ‘como era, onde estava’ é a negação do próprio princípio da restauração, é uma ofensa à história e um ultraje à Estética, colocando o tempo como reversível e a obra de arte como reproduzível à vontade.” (BRANDI, 2004, p. 89).

Assim, em meio ao esforço em esclarecer a restauração como uma ação metodológica que estrutura o denominado “restauro crítico”, Brandi atenta à potencialidade da valoração da ruína através da aceitação de seu *status quo* em contraponto ao problema da reconstrução.

A partir dessa concepção histórica-crítica que se desenvolve nos debates patrimoniais do pós-Segunda Guerra, a Carta de Veneza foi definida com o objetivo de delinear uma unidade metodológica para as intervenções nos bens culturais, inserindo a restauração no quadro social, econômico e cultural. Sobre a ruína, esse documento estabelece o ordenamento e a conservação dos remanescentes arquitetônicos de modo respeitoso reiterando a prescrição já apresentada na Carta de Atenas e na *Carta del Restauro Italiana*:

Escavações: Art. 15º: [...] Devem ser assegurados o ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz, sem jamais deturpar seu significado. Todo trabalho de reconstrução, [...], deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas (CURY, 2004, p. 95).

Considerando esse posicionamento que reafirma uma associação das ruínas às escavações arqueológicas, é relevante esclarecer que, como destaca Claudio Varagnoli, diferentemente da acepção de Boito, que estabeleceu categorias de intervenção pautadas pela antiguidade dos bens, no restauro crítico conservativo conceitualmente não é necessária uma distinção metodológica entre o restauro para bens “arquitetônicos” e o restauro para bens “arqueológicos”:

É difícil imaginar o restauro dos restos arqueológicos como um setor autônomo, dotado de um *status*, métodos e objetivos próprios. É talvez um sinal dos nossos tempos de excessiva especialização – e de interessada divisão de competências – a tentativa de fragmentar disciplinas multiformes e heterogêneas como o restauro em tantas subáreas, delineadas por embasamentos assinalados acriticamente [...] partindo algumas vezes da datação dos próprios edifícios [...] e às vezes se referindo à condição de degradação e aos métodos de pesquisa, como é o caso do restauro arqueológico. (VARAGNOLI, 2005, p. 53, tradução nossa)

Qualquer que seja a idade da edificação, a causa e tempo do arruinamento, há uma complexidade que envolve o tratamento de um conjunto em ruína que é acentuada por suas intrínsecas características de desarticulação. Porém, não basta que a materialidade seja mantida, é necessário verificar o método através do qual se opera esse tratamento.

Na medida em que se considera que a designação de ruína abrange uma condição de degradação de qualquer tipo de patrimônio, a conservação e a restauração são prescrições válidas; ações que se diferem quantitativamente, e não qualitativamente; modalidades vinculadas aos diferentes graus de ingerência sobre o monumento. A estrita caracterização dessas operações consta no texto da Carta de Veneza. A conservação engloba ações (como a manutenção) que precedem a restauração, cujo caráter excepcional é mais incisivo na obra.

Em contraposição à restauração, a manutenção antecede o estado de ruína. Um conjunto de cuidados periódicos que tem como objetivo impedir o arruinamento do patrimônio. Na teoria brandiana, a “restauração preventiva” (BRANDI, 2004, p. 101) é imperativa, pois objetiva impedir as intervenções de extrema urgência. Na conferência introdutória da Carta de Veneza, Roberto Pane (1971) apresenta a manutenção como o meio para evitar intervenções mais contundentes no monumento cuja periodicidade torna menos necessárias as obras de restauro. As definições expressas no documento final apresentam de forma clara que: “Art. 4º: A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.” (CURY, 2004, p. 92).

A série de intervenções entendidas no âmbito do campo disciplinar do restauro (gradativamente: manutenção, conservação e restauração)

fundamenta-se, portanto, numa profunda análise histórica e crítica do objeto e seu grau de degradação. Já, operações como o reprimário, o refazimento e a reconstrução, cujo principal objetivo é reconstituir uma imagem formal, não são consideradas no escopo do restauro (CARBONARA, 2009). Embora as fronteiras entre a restauração e a reconstrução possam parecer difusas, os objetivos são distintos e ensejam o entendimento explicitado por Cesare Brandi de que a matéria que compõe o objeto reconhecido como obra de arte é o meio físico para a transmissão de sua imagem; desse modo, a restauração ocorre somente nesse suporte material, visando o “restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer falso artístico ou falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33).

No âmbito dessa concepção histórica e crítica dos debates do pós-Segunda Guerra, desenvolve-se uma estrita caracterização e quantificação das intervenções em que a tônica não é apreciar os valores das ruínas de modo compassivo. A problemática do tratamento desses remanescentes se vincula à noção de perda arquitetônica e urbanística, vislumbrando com maior ênfase o potencial que os conjuntos arruinados oferecem. Assim, às prescrições mais conservativas, que preveem a anastilose e a consolidação, interpõe-se a possibilidade de aceitação das marcas da destruição e de integração do *status quo* arruinado para um novo projeto de restauro que vise preservar a matéria remanescente de modo criativo, sob a dúbia ambivalência das instâncias estética e histórica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar que as ruínas constituem de fato um fértil campo de experimentações, aplicações de métodos, práticas e digressões teóricas, contribuindo de modo decisivo para o incremento de relevantes interlocuções patrimoniais desenvolvidas ao longo dos séculos XIX e XX. O principal desafio que se interpõe diante dos conjuntos arruinados é a aceitação ou não de seu *status quo* como parte da história do patrimônio.

Como apresentado, embora haja poucas definições de ruínas na historiografia da preservação patrimonial, há certo consenso detectado em autores como Quincy, Ruskin, Boito, Riegl, Giovannoni, Pane, Bonelli e Brandi sobre seu tratamento que inspira uma abordagem de caráter mais

conservativo. Porém, essa prescrição não é unívoca, pois, é suscetível a variações que decorrem da interpretação que se faz dos intrínsecos atributos de incompletude e desarticulação que caracterizam a ruína; potencializando, portanto, a inerente complexidade no trato com as preexistências e a aceitação de suas respectivas marcas. A ruína não precisa, pois, ser abordada como uma condição pronta e acabada; e pode ser entendida a partir das novas relações que se estabelecem num modo contínuo, renovando-se em cada momento presente. Assim, a estrutura do texto perdido da obra poderia ser restabelecida sem perder de vista a relatividade da interpretação da unidade potencial inicial.

O entendimento do restauro enquanto ato crítico e criativo que tem como base a profunda compreensão histórico-artística do monumento em sua singularidade, sem negar a eventual necessidade da reintegração de lacunas ou a remoção de acréscimos, coloca a ruína não somente como um elemento a ser conservado, mas como um elemento potencial que pode integrar novos projetos em uma solução criativa de preservação. Assim, ao tomar como referência a aceitação de ruína enquanto estado de degradação (independentemente da idade da edificação), pode-se constatar que, nas asserções teóricas aqui analisadas, o tratamento de um bem arquitetônico em estado ruinoso não se diferencia de qualquer outro bem cultural, sendo válidas as mesmas premissas: mínima intervenção, distinguibilidade, respeito à materialidade, reversibilidade e utilização de materiais e técnicas compatíveis, conjugados a partir de uma estrita análise de cada caso.

REFERÊNCIAS

ANNONI, Ambrogio. *Scienza ed arte del restauro architettonico: idee ed Esempi*. Milano: Framar, 1946.

BENEVOLO, Leonardo. Studio per la sistemazione dell'area archeologica centrale di Roma. In: CAPODIFERRO, Alessandra et al. (a cura di). *Forma: La città antica e il suo avvenire*. Roma: De Luca, 1985. p. 164-173.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2002.

BONELLI, Renato. *Architettura e restauro*. Venezia: Neri Pozza, 1959.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori, 1997.

_____. Alcune riflessioni, da parte italiana, sul restauro architettonico. *ICCROM Conservation Studies*, Roma, n.10, p.27-35, 2009.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

GAZZOLA, Piero; PANE, Roberto. Proposte per una carta internazionale del restauro. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DEL RESTAURO. 2., 1964, Venezia. *Il monumento per l'uomo*. Padova: Icomos; Marsilio, 1971. p. 14-19.

GIOVANNONI, Gustavo. Restauro dei Monumenti. In: GENTILE, Giovanni; TUMMINELLI, Calogero. (a cura di) *Enciclopedia italiana di scienze: lettere ed arti*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana (Treccani), 1936. p. 127-130.

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. *A history of architectural conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2005.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Tradução de Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2002, p. 9-28.

_____. Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique. Architecture. *Rotunda*, Campinas, n. 2, p. 100-117, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/rotunda>>. Acesso em: 30 maio 2016.

MARINO, Luigi. (a cura di). *Dizionario di restauro archeologico*. Firenze: Alinea, 2003.

PANE, Roberto. *Città antiche edilizia nuova*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1959.

_____. Conférence introductive. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DEL RESTAURO. 2., 1964, Venezia. *Il monumento per l'uomo*. Padova: Icomos; Marsilio, 1971. p. 1-13.

RIEGL, Alois. *Il culto moderno dei monumenti: il suo carattere e i suoi inizi*. 3. ed.. Bologna: Nuova Alfa, 1990.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê, 2008.

SERAFINI, Lucia. La progettazione per gli edifici allo stato di rudere tra realizzazioni e questioni teoriche. In: VARAGNOLI, Claudio (a cura di). *Conservare il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici*. Roma: Gangemi, 2005. p. 79-96.

SETTE, Maria Piera. Profilo storico. In: CARBONARA, Giovanni (a cura di). *Trattato di restauro architettonico*. Turim: Utet, 2004. p. 111-299. v. 1. 4 v.

STAROBINSKI, Jean. *A invenção da liberdade 1700-1789*. São Paulo: Unesp, 1994.

VARAGNOLI, Claudio. Ruder e restauro: sperimentazioni in Abruzzo. In: _____ (a cura di). *Conservare il passato: metodi ed esperienze di protezione e restauro nei siti archeologici*. Roma: Gangemi, 2005. p. 53-78.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2000.

Recebido em: 14/09/2017

Aprovado em: 15/12/2017